



**CPI DAS
ENCHENTES**

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL

CPI das Enchentes em Números

- ▶ 203 dias de trabalho
- ▶ mais de 40 mil páginas de documentos recebidos
- ▶ 27 sessões realizadas
- ▶ 2 audiências públicas
- ▶ 11 visitas em comunidades atingidas
- ▶ 17 órgãos ouvidos
- ▶ mais de 500 páginas no relatório
- ▶ 5 indiciamentos

O que é um desastre?

- ▶ O conceito “**desastre**” se refere aos **estragos e perdas** resultantes do **impacto de um evento adverso** (que pode ter origem natural, antrópica ou mista) **sobre o contexto socioambiental de um território.**
- ▶ É quantificado em **danos** (humanos, materiais ou ambientais) e **prejuízos** (econômicos e/ou sociais).
- ▶ Sua intensidade depende da **interação** entre a **magnitude de um evento adverso** e a **situação de vulnerabilidade** do contexto socioambiental.
- ▶ **Portanto, todo desastre é um processo socioambiental.**

Quais são os Fatores de Risco?

Ameaças

- ▶ Ameaças antrópicas
 - sociais (ex. guerra, sabotagem, fome)
 - tecnológicas (ex. armazenamento de produtos químicos, materiais explosivos etc)
- ▶ Ameaças naturais
 - geológicas (ex. deslizamentos, terremotos)
 - hidrológicas (ex. inundações, enxurradas)
 - meteorológicas (ex. ciclones, tornados)
 - climatológicas (ex. seca, estiagem)
 - biológicas (ex. epidemias, infestações)

Vulnerabilidades

- ▶ Entende-se por vulnerabilidade as condições de fragilidade, deficiência e escassez de um contexto socioambiental.
- ▶ As vulnerabilidades determinam a suscetibilidade de um contexto de ser afetado por uma ameaça.
- ▶ No caso das cidades as vulnerabilidades estão relacionadas com as características físicas da paisagem, dinâmica de uso e ocupação do solo e à qualidade dos serviços
- ▶ **Portanto, são responsabilidade do poder público**

Como surge o desastre?

Todo **desastre** decorre da exposição de uma **vulnerabilidade** a uma **ameaça**

Vulnerabilidade

+

Ameaça

=

Desastre

- ▶ O desastre afeta o território de forma direta e indireta, com efeitos que variam de curto a longo prazo, **dependendo da característica do evento adverso e da vulnerabilidade / capacidade de resiliência do local impactado.**
- ▶ A intensidade dos desastres no território é socioespacialmente irregular e diversa. **Mesmo que a ameaça seja invariável e homogênea as vulnerabilidades raramente são uniformes e difusas.**
- ▶ Portanto, o desastre diz mais sobre o território impactado do que sobre o evento adverso.

A falta de investimento pode custar caro aos cofres públicos

- ▶ Gastos com prevenção levam a redução de custos posteriores com prejuízos relacionados aos desastres.
- ▶ Relatório do Instituto Nacional da Ciência das Edificações dos EUA aponta uma relação de custo-benefício na razão de 1 para 6.
(cada R\$ 1 investido R\$ 6 são poupados)
- ▶ **Além de colocar vidas em perigo, a falta de investimento transforma o passivo ambiental de hoje no passivo fiscal de amanhã.**

Cronologia dos desastres

Antes

produção / reprodução

É o estágio no qual são
construídas as condições
de **prevenção e mitigação
dos riscos**

As ações nesta etapa
tem influência decisiva
para a redução ou ampliação
dos riscos.

Durante

ruptura / emergência

É o estágio no qual são
acionadas as medidas
de **gestão de crise
e mitigação dos estragos
e perdas**

O nível de preparo é
colocado em teste e
os erros da fase anterior
tornam-se evidentes

Depois

reconstrução / desenvolvimento social

É o estágio no qual são
acionadas as medidas
de **apoio às vítimas
e recuperação do território**

As prioridades e ações podem
restaurar as situações de
vulnerabilidade ou buscar
corrigir as fragilidades.

Chuvas intensas

- ▶ No Brasil mais de 80% das mortes causadas por desastres estão relacionadas às chuvas intensas, em especial enxurradas (43%), movimentos de massa (20%) e inundações (18%). A maioria dos casos ocorre na região sudeste.
- ▶ A cidade do Rio de Janeiro é ameaçada por chuvas torrenciais desde sua fundação, no século XVI. No entanto a mudança do regime de chuvas provocada pelo aquecimento global tende a agravar esse cenário.

Processos associados às chuvas intensas

Processos Geológicos

- ▶ rastejos
- ▶ deslizamentos
- ▶ movimentos de blocos
- ▶ corridas de massa
- ▶ colapsos

Processos Hidrológicos

- ▶ alagamentos
- ▶ enchentes
- ▶ inundações
- ▶ enxurradas

Justiça Socioambiental

- ▶ Eventos climáticos ameaçadores muitas vezes atingem todas as áreas de uma cidade **mas os desastres tendem a se concentrar nas regiões com menor cobertura floresta, infraestrutura urbana e serviços assistenciais.**
- ▶ O mapa dos desastres explicita a desigualdade socioambiental da cidade e **revela quem são os injustiçados e os privilegiados** no regime socioambiental
- ▶ A **injustiça socioambiental** ocorre quando há **imposição desproporcional dos riscos socioambientais** a uma parcela determinada da população de um território
- ▶ A injustiça socioambiental não se configura apenas através de ações ou omissões que tenham intenção discriminatória, **mas também pelas ações ou omissões que tenham impacto discriminatório, independente de sua intenção.**

A desigualdade socioambiental do Rio de Janeiro

- ▶ Basta observar a distribuição de infraestruturas e recursos.

AP2

8,2% do Território

997.478 Habitantes

Região mais consolidada
da cidade

24 estações pluviométricas
conectadas a sirenes

AP5

48,4% do Território

1.556.505 Habitantes

Região menos consolidada
da cidade

0 estações pluviométricas
conectadas a sirenes

A desigualdade socioambiental do Rio de Janeiro

- ▶ Toda a região da cidade que abarca o Maciço da Pedra Branca e integra a macrorregião de drenagem da baía de Sepetiba foi ignorada pelo sistema de alerta e alarme
- ▶ Outro exemplo é a diferença na cobertura de serviços de coleta e tratamento de esgotos. Enquanto a AP5 tem apenas 33,28% de seu esgoto coletado e tratado o restante da cidade registra um índice de 73,62%.
- ▶ **O mapa das vulnerabilidades urbanas do Rio expõe o apartheid socioambiental que divide a cidade entre áreas privilegiadas e territórios descartáveis.**

Eixos de análise

- ▶ Prevenção e mitigação dos riscos de desastres
- ▶ Gestão de crises e mitigação dos desastres
- ▶ Apoio às vítimas de desastres e recuperação urbana
- ▶ Saúde pública e saneamento ambiental
- ▶ Adaptação às mudanças climáticas e resiliência urbana

Níveis de Avaliação

- ▶ Planejamento
- ▶ Orçamento
- ▶ Gestão



O objetivo é investigar as responsabilidades do poder público e sugerir soluções para os problemas identificados

Desmonte do sistema municipal de proteção socioambiental

jan/1966

+ 250
mortes **+ 50.000**
desabrigados



Criação do Instituto de
Geotécnica (hoje Geo-Rio)

Criação da Primeira
Defesa Civil do Brasil

fev/1996

77
mortes **+ 2.000**
casos de
leptospirose



Criação do Alerta Rio
(Monitoramento das Chuvas)

Criação da Rio-Águas
em 1998

abr/2010

55
mortes **+ 2.000**
desabrigados



Criação do Centro
de Operações (COR)

Instalação do Sistema
de Alerta e Alarme

Diversos Planos
Elaborados

desde 2017...

+ 20
mortes **+ 2.000**
desalojados



Nenhum plano foi
atualizado

Cortes orçamentários
irresponsáveis

Falta de integração
entre órgãos

Principais Problemas Identificados

Planejamento

- 1** Elevada rotatividade de órgãos e repetidas mudanças nas estruturas de comando tem prejudicado a capacidade de planejamento da cidade pois dificultam o acúmulo de experiência necessário e a criação de uma memória institucional.
- 2** Os planos existentes são desvalorizados, muitas vezes tratados como meras formalidades burocráticas. Como consequência as ações do poder público são, em geral, projetadas para trechos pontuais e problemas isolados do município.
- 3** O Plano Diretor não se traduz em um esforço global de planejamento da cidade. O uso e ocupação do solo e diversos outros instrumentos importantes são delegados à aprovação por lei complementar.
- 4** Enorme fragmentação legislativa (678 instrumentos diferentes) das regras urbanísticas dificulta a capacidade de planejamento.
- 5** Necessidade de revisar os protocolos e estágios operacionais da cidade.

Principais Problemas Identificados

Planejamento

- 6** O plano de ações integradas não consegue integrar efetivamente as ações. Falta de um sistema que permita monitorar os serviços executados durante emergências. Inexistem indicadores e metas de desempenho para avaliar a qualidade das ações durante as emergências.
- 7** Embora exista um mapa de suscetibilidade à inundações que integra a Estratégia de Adaptação às Mudanças Climáticas não existe mapa de riscos hidrológicos, nem plano de contingência e sistema de alarme para processos hidrológicos de alto risco.
- 8** O mapeamento das áreas sujeitas a riscos geológicos é restrito ao entorno do Maciço da Tijuca e da Serra da Misericórdia. O plano de contingência é insuficiente e precisa ser revisto. Não foram projetadas rotas de fuga considerando o impacto das chuvas e, por consequência, muitos pontos de apoio estão localizados em áreas de difícil acesso durante os eventos extremos. Número de treinamentos e simulados realizados é insuficiente.
- 9** Não foi feito balanço técnico e político por parte da Prefeitura sobre as chuvas de fevereiro e abril deste ano. Com isso a Prefeitura não tira lições da experiência passada e arrisca repetir os mesmos erros no futuro.

Principais Problemas Identificados

Orçamento

- 1** A diferença entre as dotações orçamentárias (LOA aprovada na Câmara) e os valores empenhados e liquidados, que historicamente sempre foi grande, disparou durante a gestão Crivella.
- 2** Programas importantes sofreram cortes orçamentários significativos. Isso prejudica a qualidade das políticas públicas e diminui a capacidade da prefeitura de responder aos desafios socioambientais. Algumas empresas deixam de cumprir serviços pois a falta de recursos gera desconfiança nos contratos estabelecidos com o município.
- 3** Desde 2017 a Prefeitura não atinge os critérios mínimos para conseguir empréstimos junto a instituições financeiras ou outros entes federativos.
- 4** Diversos convênios com o Governo Federal que já tinham recursos liberados foram frustrados, seja porque a Prefeitura não conseguiu apresentar os projetos complementares exigidos, seja porque o município não pagou as contrapartidas exigidas.
- 5** Desde o início da gestão Crivella a Prefeitura não solicitou recursos federais para a contenção de encostas.

Principais Problemas Identificados

Orçamento

6

Faltou transparência na elaboração dos contratos emergenciais e houve inobservância das regras de uso do dinheiro público. Foram encontrados indícios de combinação das propostas (cartelização) no processo de tomada de preços das obras emergenciais.

7

A reserva de contingência do orçamento municipal vem sendo desvirtuada. No início do ano a Prefeitura contingencia verbas de diversos órgãos, que vão sendo liberadas ao longo do exercício. Ao invés de servir para garantir disponibilidade financeira durante momentos emergenciais a reserva de contingência vem sendo utilizada como uma “conta laranja” da Prefeitura.

Principais Problemas Identificados

Gestão

- 1 Falta plano de carreira para os servidores
- 2 Muitos servidores já podem se aposentar e muitos outros terão esse direito dentro de 10 anos. Na maior parte dos órgãos avaliados em 10 anos cerca de 50% dos servidores terão direito a se aposentar.
- 3 Prefeitura não realiza concursos para repor o quadro permanente e suprir o déficit dos órgãos. O déficit de mão de obra é especialmente impactante em momentos de crise, quando respostas rápidas são necessárias.
- 4 Faltam viaturas para atender as demandas de vistoria em diversos órgãos.
- 5 Estações de monitoramento dos rios estão desativadas desde o final de 2017. Desde então o monitoramento dos corpos hídricos está prejudicado e precisa ser feito através de visitas ao local.
- 6 Desigualdade na distribuição espacial das estações pluviométricas do sistema de alerta e alarme. AP5 não é contemplada.

Principais Problemas Identificados

Gestão

- 7** Sirenes não são acionadas em diversos lugares mesmo durante chuvas muito fortes. Pluviômetros simplesmente param de funcionar. Em diversos locais pessoas morreram.
- 8** Falta comunicação entre bancos de dados e interação entre os métodos de análise das informações. Muitas vezes os conteúdos produzidos por um órgão não circula para os demais órgãos da Prefeitura. Não há padrão na produção de dados.
- 9** Falta integração entre órgãos. Não existe regularidade nas reuniões nem método de trabalho para integrar o planejamento de órgãos como o COR, Defesa Civil, Rio-Águas, Geo-Rio e Comlurb para a prevenção e mitigação dos desastres.
- 10** Os programas voltados para a resiliência urbana e adaptação às mudanças climáticas estão dispersos em vários órgãos que não dialogam entre si.
- 11** A descontinuidade administrativa reduz a eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas. Órgãos são criados, transferidos ou extintos sem critério técnico ou justificativa razoável. As mudanças nos comandos dos órgãos são constantes e os cargos são distribuídos sem o planejamento adequado.

Principais Problemas Identificados

Gestão

- 12** Falta participação popular nos processos de tomada de decisão. Falta transparência pública nos programas e projetos.
- 13** Falta de uma política de comunicação social voltada para a educação ambiental e o alerta de ameaças que envolva emissoras de televisão e rádio, rádios comunitárias, redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas.
- 14** Falta uma política de educação ambiental e prevenção a desastres voltada para as escolas da cidade com o objetivo de criar uma cultura de prevenção.
- 15** Faltam programas que envolvam a comunidade local na gestão socioambiental do território. Programas existentes (como Gari Comunitário e Conservando Rios) são insuficientes e enfrentam problemas legais devido aos métodos de contratação.
- 16** A única política habitacional para o apoio às vítimas de desastres é o Auxílio Habitacional Temporário, no valor de R\$ 400,00. Não há plano de reassentamento disponível para as famílias desabrigadas.



INDICIAMENTOS

Os Indiciados

- ▶ **Marcelo Bezerra Crivella**
Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

- ▶ **Paulo Cesar Amêndola de Souza**
Secretário Municipal de Ordem Pública

- ▶ **Edson Tavares da Silva**
Subsecretário de Proteção e Defesa Civil

- ▶ **Rodrigo Bissoli**
Coordenador Executivo da Defesa Civil

- ▶ **Sebastião Bruno**
Secretário Municipal de Infraestrutura e Habitação

Marcelo Bezerra Crivella

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

- 1 Dano ao erário provocado pela negligência na execução orçamentária e contingenciamento de recursos fundamentais à prevenção de desastres socioambientais.
 - ▶ Embora tenha sido avisado diversas vezes por servidores de órgãos técnicos e tenha visto os impactos das chuvas de julho de 2017 e fevereiro de 2018, **Crivella insistiu em contingenciar recursos essenciais para a prevenção às chuvas fortes.**
 - ▶ Subsecretário de Engenharia e Conservação, ao final de 2017, **afirmou “estar impedido de dar prosseguimento às ações de manutenção” em razão da falta de verbas e do contingenciamento de recursos.** A proposta orçamentária da Prefeitura, ainda assim, veio aquém do necessário.
 - ▶ Diferença de R\$ 897 milhões (valores atualizados) entre Dotação Orçamentária e Liquidado para programas de Proteção de Encostas, Controle de Enchentes, Expansão do Saneamento e Manutenção do Sistema de Drenagem apenas entre 2017 e 2018. **Apenas 32,45% da dotação do período foi utilizada.**
 - ▶ **Impacto Econômico (danos materiais + prejuízos públicos) de R\$ 169.349.588,99 só na chuva de 8 de abril.**

Marcelo Bezerra Crivella

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

- 2** Redução da capacidade de prevenção, gestão de crises e atendimento aos atingidos em razão dos impactos provocados pela descontinuidade administrativa.
- ▶ Embora mudanças na estrutura administrativa sejam de competência privativa do prefeito, os atos públicos devem respeitar os princípios da **motivação**, da **razoabilidade e proporcionalidade** e do **interesse público**.
 - ▶ Durante o breve período desta CPI a Seconserma foi desmembrada em Seconserva e SMAC, a Seconserva se tornou uma subsecretaria da SMIHC, o COR foi transferido para a SEOP e depois para o Gabinete do Prefeito, as presidências da Comlurb e Geo-Rio foram alteradas 1 vez, a da Rio-Águas foi alterada duas vezes e o Secretário de Meio Ambiente já foi trocado.
 - ▶ O Ex-Secretário de Conservação, Roberto Nascimento da Silva, afirmou que as sucessivas modificações provocaram perda de trabalho. **“Ficamos trabalhando numa direção e, inesperadamente, somos surpreendidos pela separação da secretaria. (...) Isso nos traz problemas, porque é perda de trabalho.”**
 - ▶ Vinculações Inexplicáveis: Comlurb na Casa Civil e Parques e Jardins no Envelhecimento Saudável.

Marcelo Bezerra Crivella

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

- 3** Cumplicidade na autorização da execução de obras emergenciais sem o devido cumprimento das exigências de publicidade estabelecidas na lei de licitações.
 - ▶ Embora a lei seja explícita a publicidade não foi dada. Após a divulgação das denúncias, entretanto, o Prefeito saiu em defesa de seu Secretário ao invés de ordenar apuração rigorosa.
 - ▶ Prefeito declarou em coletiva de imprensa que essas obras teriam sido discutidas junto ao TCM e junto a Câmara Municipal, o que não é verdade. Além disso confundiu publicidade oficial com divulgação na imprensa (que até hoje não foi confirmada).
 - ▶ **Segundo o Secretário Sebastião Bruno a decisão de abertura dos emergenciais, mesmo sem a disponibilidade financeira e a publicidade, foi tomada em reunião da Comissão de Programação Financeira e Gestão Fiscal (CPFGEF), presidida pelo Prefeito.**

Marcelo Bezerra Crivella

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

- 1** Dano ao erário provocado pela negligência na execução orçamentária e contingenciamento de recursos fundamentais à prevenção de desastres socioambientais.
- 2** Redução da capacidade de prevenção, gestão de crises e atendimento aos atingidos em razão dos impactos provocados pela descontinuidade administrativa.
- 3** Cumplicidade na autorização da execução de obras emergenciais sem o devido cumprimento das exigências de publicidade estabelecidas na lei de licitações.

Paulo Amêndola, Edson Tavares da Silva e Rodrigo Bissoli

Secretário de Ordem Pública, Subsecretário de Defesa Civil e Coordenador Executivo da Defesa Civil

- 1** Desmonte das estruturas de prevenção, treinamento e capacitação que resultou no aumento da exposição aos riscos contra a vida.
 - ▶ Apenas 5 simulados de campo (presenciais) e 1 simulado de mesa realizados desde 2017.
 - ▶ Descontinuidade nas políticas de capacitação de Agentes Comunitários de Saúde.
 - ▶ Apesar dos servidores da Defesa Civil informarem que o corpo técnico do órgão é insuficiente para o cumprimento de suas funções em momentos de crise 10 engenheiros foram deslocados para outros órgãos e ficaram sem função.
 - ▶ **17 mortes na cidade e a avaliação do Subsecretário Edson Tavares sobre a atuação da Defesa Civil é de que tudo “correu maravilhosamente bem”**

Paulo Amêndola, Edson Tavares da Silva e Rodrigo Bissoli

Secretário de Ordem Pública, Subsecretário de Defesa Civil e Coordenador Executivo da Defesa Civil

- 2** Operação negligente e imperita do Sistema de Alerta e Alarme Comunitário para Chuvas Fortes
 - ▶ Em fevereiro 1 pessoa morreu na Rocinha e 1 no Vidigal, em abril 3 pessoas morreram na Babilônia. Nos 3 casos sirenes não foram acionadas.
 - ▶ Prefeitura afirmou, no caso da Babilônia, que o parâmetro de 40mm/1h não havia sido atingido. Nosso levantamento mostrou outra realidade. Ao serem perguntados técnicos da Defesa Civil afirmarm que se a estação pluviométrica estivesse fora do ar outra estação próxima poderia ser utilizada para parametrizar a sirene.
 - ▶ No dia 8 de abril a estação Pluviométrica Chapéu Mangueira 1, que parametriza as sirenes do Morro da Babilônia, ficou fora do ar entre as 19h15 do dia 8 e as 2h00 do dia 9 de abril. Ao ficar inoperante os dados de acumulados foram zerados.
 - ▶ **Secretário Paulo Amêndola afirmou “não ver nexos entre o acionamento da sirene a morte das pessoas”.**

Paulo Amêndola, Edson Tavares da Silva e Rodrigo Bissoli

Secretário de Ordem Pública, Subsecretário de Defesa Civil e Coordenador Executivo da Defesa Civil

3 Omissão no exercício de suas funções

- ▶ Matriz de responsabilidade do Plano de Ações Integradas atribui à Defesa Civil a responsabilidade de contabilizar mortos e feridos.
- ▶ No depoimento de 12 de setembro tanto o Subsecretário Edson quanto o Secretário Amêndola mostraram total desconhecimento sobre o número de mortos causados pelas chuvas deste ano. Ao ser perguntado o Subsecretário Edson afirmou que a Defesa Civil não fez o levantamento dos mortos.
- ▶ Tanto o Subsecretário Edson quanto o Secretário Amêndola afirmaram não conhecer o Plano de Ações Integradas para Chuvas Fortes e/ou Prolongadas.
- ▶ **Secretário Amêndola protagonizou cena lamentável ao questionar a causa de morte das pessoas, sugerindo que pudessem ter morrido por causa de 'infarto' ou outras causas diversas que não estão associadas às chuvas.**

Paulo Amêndola, Edson Tavares da Silva e Rodrigo Bissoli

Secretário de Ordem Pública, Subsecretário de Defesa Civil e Coordenador Executivo da Defesa Civil

- 4** Desrespeito à Lei de Acesso à Informação. Recusa sistemática de prestar informações solicitadas por esta Comissão.
- ▶ No dia 30 de maio foi entregue em mãos, durante audiência da CPI, o ofício nº 76 a servidores da Defesa Civil solicitando os dados das estações pluviométricas para os dias dos temporais.
 - ▶ 105 dias depois os ofícios não haviam sido respondidos. Em audiência da CPI no dia 12 de setembro o Sr. Rodrigo Bissoli afirmou só ter recebido o ofício naquela semana. Entretanto ele estava se referindo ao ofício nº 136, que cobrava a resposta imediata do ofício nº 76.
 - ▶ Sr. Rodrigo Bissoli deu respostas evasivas a esta comissão quando perguntado sobre as informações que estavam disponíveis no sistema Websirene, dizendo que não seria possível averiguar o histórico dos dados.
 - ▶ **O ofício nº 76 só foi respondido no dia 24 de setembro (118 dias após ser entregue) e o Sr. Edson Tavares da Silva afirmou não ter acesso à captura de tela do sistema Websirene, remetendo a solicitação à Geo-Rio numa clara tentativa de retardar os trabalhos desta comissão. Em abril a Defesa Civil havia usado como justificativa para afirmar que os parâmetros de chuva não haviam sido atingidos na babilônia uma captura de tela do sistema Websirene.**

Paulo Amêndola, Edson Tavares da Silva e Rodrigo Bissoli

Secretário de Ordem Pública, Subsecretário de Defesa Civil e Coordenador Executivo da Defesa Civil

- 1** Desmonte das estruturas de prevenção, treinamento e capacitação que resultou no aumento da exposição aos riscos contra a vida.
- 2** Operação negligente e imperita do Sistema de Alerta e Alarme Comunitário para Chuvas Fortes
- 3** Omissão no exercício de suas funções
- 4** Desrespeito à Lei de Acesso à Informação. Recusa sistemática de prestar informações solicitadas por esta Comissão.

Sebastião Bruno

Secretário de Infraestrutura e Conservação

- 1** Contratação irregular de obras emergenciais. Violação de Lei Geral de Licitações e Improbidade Administrativa.
 - ▶ Art. 26 da Lei 8.666 estabelece que as dispensas de licitação devem ser publicizadas em até 5 dias (contados a partir do evento emergencial) em imprensa oficial e que seus processos instrutivos devem conter (1) caracterização da situação emergencial; (2) razão da escolha do fornecedor; (3) estimativa de valor.
 - ▶ Primeira publicação das obras no Diário Oficial aconteceu em 29 de julho, quase 6 meses após as chuvas de fevereiro.
 - ▶ Sebastião Bruno apresentou diferentes justificativas. A de que não tinha assinado os contratos porque não tinha dinheiro em caixa e a de que não deu a publicidade porque seria impossível atender à exigência da Lei. 8.666.
 - ▶ **O secretário reiteradamente assumiu ter agido em desacordo com a lei.**

Sebastião Bruno

Secretário de Infraestrutura e Conservação

- 2** Autorização da execução de obras sem Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)
- ▶ Lei 6.496/77 estabelece que todo contrato para a execução de obras fica sujeito a registro de Anotação de Responsabilidade Técnica, que é o documento que define, para os efeitos legais quem são os responsáveis técnicos pela obra.
 - ▶ Em abril deste ano um acidente em uma obra da prefeitura deixou três operários feridos. A obra, que faz parte do grupo de obras emergenciais contratadas irregularmente, não possuía ART, portanto não havia responsável técnico pela construção.
 - ▶ Ainda que a emissão da ART não seja de responsabilidade do Secretário caberia a ele fazer com que a lei seja cumprida embargando a obra até que sua situação fosse regularizada.
 - ▶ **No entanto, durante seu depoimento Sebastião Bruno demonstrou desprezo pelo instrumento de fiscalização, afirmando que sua única função seria arrecadatória.**

Sebastião Bruno

Secretário de Infraestrutura e Conservação

3 Falso Testemunho

- ▶ Sebastião Bruno afirmou reiteradamente ser “humanamente impossível” dar publicidade as dispensas de licitação no prazo estabelecido na lei, na imprensa, na CPI das Obras Inacabadas e nesta CPI.
- ▶ No entanto ao verificar o conteúdo dos Processos Administrativos que instruíram as obras emergenciais todas as obras contratadas foram autorizadas por Sebastião Bruno no dia 12 de fevereiro de 2019.
- ▶ Haveria, portanto, plenas condições de se dar publicidade ao ato de dispensa de licitação informando, conforme estabelece a lei, a caracterização da emergência, a razão de escolha do fornecedor e o preço.
- ▶ **Ao ser perguntado em audiência desta CPI sobre qual prazo seria adequado em seu entendimento o Secretário Sebastião Bruno evadiu a questão.**

Sebastião Bruno

Secretário de Infraestrutura e Conservação

4 Indícios de Cartelização e Combinação de Preços

- ▶ Os descontos oferecidos por todas as concorrentes são irrisórios (variando entre 0 e 1%). Ainda assim o mais recorrente foram as empresas vencedoras apresentarem descontos de 0,2% a 0,5%.
- ▶ As propostas apresentadas por empresas diferentes compartilham erros de digitação e ortografia. Em um caso escrevem “Fundação Instituto de Geotécnia” (ao invés de Geotécnica) e “Herben da Silva Maia” (ao invés de Herbem). Em outro caso 3 empresas distintas separam sujeito de predicado com vírgula na mesma frase. Em pelo menos 12 das 15 obras contratadas esse padrão se repete.
- ▶ Foi possível identificar alguns agrupamentos nos quais as empresas vencedoras se revezam. Em uma ou duas concorrências a empresa A vence e na outra a empresa B é vencedora, sempre com descontos irrisórios.
- ▶ **Todas as dispensas de licitação foram autorizadas por Sebastião Bruno.**

Sebastião Bruno

Secretário de Infraestrutura e Conservação

- 1** Contratação irregular de obras emergenciais. Violação de Lei Geral de Licitações e Improbidade Administrativa.
- 2** Autorização da execução de obras sem Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)
- 3** Falso Testemunho
- 4** Indícios de Cartelização e Combinação de Preços



RECOMENDAÇÕES

Mais de 100 Propostas

Principais Recomendações

1

Criar o Sistema Municipal de Prevenção e Mitigação de Desastres Socioambientais composto por Conselho, Plano e Fundo.

- a** O Sistema Municipal de Prevenção e Mitigação de Desastres Socioambientais deverá se orientar pelos princípios da justiça socioambiental.
- b** O Conselho Municipal de Prevenção e Mitigação dos Riscos de Desastres Socioambientais será paritário, composto por representantes do poder público e da sociedade civil
- c** O Plano Municipal de Prevenção e Mitigação dos Riscos de Desastres Socioambientais deverá apresentar medidas para a prevenção e mitigação dos riscos geológicos, hidrológicos, meteorológicos, climatológicos e biológicos, conforme a Classificação Brasileira de Desastres (Cobrade)
- d** O Plano Municipal de Prevenção e Mitigação dos Riscos de Desastres Socioambientais deverá ser apresentado em até 365 dias após a criação do Sistema Municipal de Prevenção e Mitigação de Desastres Socioambientais e sua elaboração deverá envolver amplos setores da sociedade civil.
- e** O Fundo Municipal de Prevenção e Mitigação de Desastres Socioambientais deverá ter dotação orçamentária própria com recursos carimbados para investimentos em prevenção e mitigação de desastres socioambientais

Mais de 100 Propostas

Principais Recomendações

2

Corrigir a fragmentação administrativa dos órgãos da administração direta e indireta que atuam nas políticas de prevenção e mitigação dos riscos de desastres

- a** Transformar a Subsecretaria de Habitação (SUBH) em Secretaria Municipal de Habitação (SMH), transformando a atual Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Conservação (SMIHC) em Secretaria Municipal de Infraestrutura e Conservação (SMIC)
- b** Transformar a Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil (SUBPDEC) em Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil (SMDEC)
- c** Transferir a vinculação da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) para a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Conservação (SMIC)
- d** Transferir a vinculação da Fundação Parques e Jardins (FPJ) à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Conservação (SMIC)
- e** Preservar a vinculação da Fundação Instituto das Águas da Cidade do Rio de Janeiro (Rio-Águas) e da Fundação Instituto de Geotécnica da Cidade do Rio de Janeiro (Geo-Rio), juntas, na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Conservação (SMIC)
- f** Preservar a vinculação do Centro de Operações e Resiliência (COR) junto ao Gabinete do Prefeito (GBP)

Mais de 100 Propostas

Principais Recomendações

- 5** Priorizar a execução das medidas previstas na Estratégia de Adaptação às Mudanças Climáticas da Cidade do Rio de Janeiro, aprovada em 2016;.
- 8** Realizar concurso público para as áreas técnicas da prefeitura com vistas à recomposição do quadro de servidores e criação de cadastro de reserva para as secretarias de Urbanismo, Infraestrutura, Habitação e Conservação, Meio Ambiente, Assistência Social e Direitos Humanos, Proteção e Defesa Civil e para as fundações Rio-Águas, Geo-Rio, Parques e Jardins e para a Comlurb;
 - a** Garantir que a recomposição do quadro seja feita em tempo hábil para que conhecimentos técnicos acumulados por servidores mais experientes possam ser absorvidos pelos novos servidores;
 - b** Garantir que sejam disponibilizadas vagas suficientes para sanar o déficit de mão de obra técnica especializada nas secretarias e órgãos mencionados
- 16** Garantir, ao Centro de Operações e Resiliência (COR) autonomia para convocação de gestores das agências durante situações de crise;
- 17** Priorizar o investimento em políticas de gestão socioambiental do território que sejam democráticas e envolvam moradores locais.

Mais de 100 Propostas

Principais Recomendações

- 18** Instituir a prática de realização de balanço técnico-político da atuação do Poder Executivo Municipal ao final de cada processo de gestão de crises e desastres;
- 28** (COR) Revisar, em conjunto com os diversos órgãos da administração municipal, os critérios de acionamento dos Estágios Operacionais da Cidade a fim de garantir o acionamento dos mesmos em tempo adequado para a resposta aos desastres
- 30** (COR) Coordenar a elaboração, em conjunto com os diversos órgãos da administração municipal, de um Plano Geral de Ação durante Emergências para a Cidade do Rio de Janeiro, com vistas à efetiva integração dos protocolos operacionais de toda a Prefeitura do Rio de Janeiro
- 31** (COR) Implantar um sistema de avaliação em tempo real das condições climáticas, geo-hidroecológicas e pluviométricas da cidade a partir da integração de todas as redes de monitoramento meteorológico e geo-hidroecológico da cidade;

Mais de 100 Propostas

Principais Recomendações

- 32** (COR) Desenvolver, em conjunto com a Empresa Municipal de Informática do Rio de Janeiro (Iplan-Rio) sistema de registro em tempo real de ocorrências operacionais na cidade, a partir de dispositivos móveis, que alimente banco de dados e seja capaz de emitir relatórios completos dos impactos de desastres contendo localização geográfica, tipo da ocorrência, imagem da ocorrência e estimativa de custos dos danos causados
- 33** (COR) Implementar Calendário Anual de Simulados programados para operação conjunta das equipes da cidade
- 35** (SMS) Ampliar e Fortalecer o programa de Agentes Comunitários de Saúde;
- 38** (SMU) Garantir que o processo de revisão do Plano Diretor se constitua em um grande esforço de reorganização do planejamento urbano da cidade, com vistas a sanar as deficiências de planejamento da cidade
- 45** (SMIHC) Garantir recursos para a implementação de políticas de Assistência Técnica para Habitações de Interesse Social (ATHIS) nos termos da Lei Municipal nº 6.614/2019, de autoria da Vereadora Marielle Franco (PSOL);

Mais de 100 Propostas

Principais Recomendações

- 49** (SMIHC) Corrigir o valor do Auxílio Habitacional Temporário (AHT) de modo a repor as perdas inflacionárias e garantir um patamar mínimo que permita a locação de imóvel digno na Cidade do Rio de Janeiro;
- 50** (SMIHC) Atualizar os critérios de Renda Máxima Familiar do Auxílio Habitacional Temporário, desvinculando-os das faixas de renda do programa Minha Casa Minha Vida;
- 55** (SMAC) Elaborar, em conjunto com a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) e a Fundação Parques e Jardins (FPJ) um Manual Técnico de Poda e Conservação das árvores a ser seguido pelos órgãos responsáveis pela manutenção da arborização urbana;
- 58** (SMASDH) Elaborar, em conjunto com a Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil (SUBPDEC) censo e cadastramento dos moradores de áreas de risco, com vistas a traçar o perfil demográfico desses habitantes e facilitar a concessão de auxílios habitacionais ou de assistência social no momento dos desastres
- 61** (SUBPDEC) Realizar revisão completa do Sistema de Alerta e Alarme Comunitário para chuvas Fortes da Cidade do Rio de Janeiro

Mais de 100 Propostas

Principais Recomendações

- 62** (SUBPDEC) Criar o programa de Agente Comunitário de Defesa Civil;
- 64** (SUBPDEC) Estabelecer calendário regular de treinamento e capacitação nas comunidades, garantindo a realização de ao menos 2 simulados de campo (presenciais) por comunidade e ao menos 2 simulados de mesa (remotos) em cada ano;
- 65** (SUBPDEC) Revisar o Plano de Contingência da Defesa Civil com vistas a incluir, além do planejamento das ações frente aos riscos geológicos (movimentos de massas), planejamento de ações de contingência frente aos riscos hidrológicos (inundações, enxurradas e alagamentos)
- 67** (SUBPDEC) Priorizar a criação de uma cultura de prevenção através da atuação e capacitação de jovens nas escolas municipais e estaduais, em especial moradores das áreas de risco.
- 82** (Rio-Águas) Revisar o Plano Municipal de Saneamento Básico - Água e Esgoto.

Mais de 100 Propostas

Principais Recomendações

- 94** (Congresso Nacional) Aprovar Lei que obrigue as operadoras de telecomunicações e a Anatel a emitir alertas compulsórios (sem a necessidade de pré-cadastramento por parte do usuário) por meio de Mensagens de Texto à dispositivos móveis durante situações de desastres
- 97** (TCM-RJ) Realizar uma auditoria na forma de utilização da Reserva de Contingência pela Prefeitura e possíveis recomendações para retificação de seu uso: atender os riscos orçamentários, dentre eles enchentes. Não servir como elemento de retirada de transparência do orçamento, ao mediar os remanejamentos, impedindo que se acompanhe as reais fontes de acréscimos e cancelamentos.
- 98** (TCM-RJ) Acionar a Prefeitura do Rio de Janeiro para que cumpra a função precípua da Reserva de Contingência, garantindo provisionamento de recursos para o atendimento de ocorrências e demandas geradas por emergências e/ou desastres; os denominados riscos orçamentários previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e nos Manuais de Demonstrativos Fiscais

Mais de 100 Propostas

Principais Recomendações

- 101** (MPRJ) Acionar a Prefeitura do Rio de Janeiro para que expanda os mapeamentos de Riscos Geológicos para, no mínimo, todas as áreas de ocupação informal da cidade com vistas a expansão do Sistema de Alerta e Alarme Comunitário para Chuvas Fortes para as áreas no entorno dos Maciços da Pedra Branca e do Gericinó;
- 102** (MPRJ) Acionar a Prefeitura do Rio de Janeiro para que elabore mapeamento de Riscos Hidrológicos (cartas de risco com base e mapas de suscetibilidade à inundação e estimativa de impactos potenciais) com vistas a expandir o Sistema de Alerta e Alarme Comunitário para Chuvas Fortes, abrigando também os Riscos Hidrológicos;
- 103** (MPRJ) Acionar a Prefeitura do Rio de Janeiro para que cumpra a função precípua da Reserva de Contingência, garantindo provisionamento de recursos para o atendimento de ocorrências e demandas geradas por emergências e/ou desastres; os denominados riscos orçamentários previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e nos Manuais de Demonstrativos Fiscais



**CPI DAS
ENCHENTES**

OBRIGADO !